

Fiesp quer 'envolvimento maior' do governo no 2º turno

Do Reportagem Local

Os empresários de São Paulo querem um "envolvimento maior" do governo federal no segundo turno de votação no Congresso constituinte, disse ontem o senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), líder de seu partido no Senado. Gadelha veio a São Paulo a convite de Mario Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), para discutir os trabalhos constituintes.



Outros dirigentes empresariais também participaram da reunião — Abram Szajman, da Federação do Comércio; Fábio Meirelles, da Federação da Agricultura; e Flávio Telles de Menezes, da Sociedade Rural Brasileira. "Os empresários reivindicam o envolvimento do governo no segundo turno, mas essa é uma situação muito difícil", disse Gadelha. Para ele, qualquer tomada de posição do Palácio do Planalto pode ser interpretada como "interferência indevida" no Congresso.

Segundo Gadelha, os empresários paulistas pediram principalmente a ação de Sarney para a supressão dos seguintes itens: definição de empresa nacional, licença-paternidade, limitação em seis horas para trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, direito de greve, eliminar o tratamento diferenciado para os empregados rurais no prazo prescricional da ação trabalhista e a limitação da taxa de juros.

Dificuldades

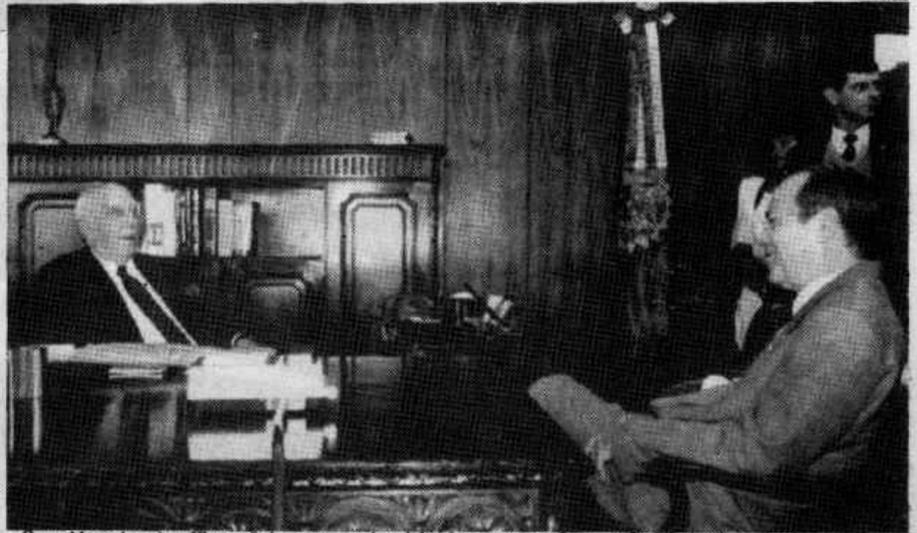
Gadelha não acredita que os itens que os empresários desejam derrubar no segundo turno (24 no

total) caiam facilmente. "Conseguir 280 votos contra alguma coisa é muito mais difícil que obter 280 parlamentares a favor". O senador acha que as eleições "absorverão" muito tempo dos congressistas.

"O que os empresários querem é que o governo não fique só na retórica para combater o déficit público", relatou Gadelha. Ferreira não se conteve nas críticas às medidas tomadas no Congresso constituinte. Para ele, a anistia aos microempresários e a anistia fiscal de multas, juros e outros encargos de pessoas físicas ou empresas que deixaram de pagar impostos até 31 de dezembro de 1987, comprometem seriamente o programa de austeridade. Ferreira calculou que só o perdão fiscal custará Cz\$ 145 bilhões aos cofres públicos.

A nova fórmula de cálculo para o pagamento dos aposentados e o custo financeiro com a readmissão de funcionários públicos demitidos por atos políticos também preocupam a Fiesp.

Leia mais notícias sobre o encontro do senador Marcondes Gadelha com o empresário Mario Amato na pág. A-23



O presidente interino, Ulysses Guimarães, recebe o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (BA), no Planalto

Cabral entrega hoje texto revisto e divide Disposições Transitórias

Do Sucursal de Brasília

O relator do Congresso constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), entrega hoje ao presidente interino do Congresso constituinte, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), o texto do projeto de Constituição que será votado em 2º turno. O ato acontecerá às 12h30 no gabinete da presidência da Casa, com a presença do deputado Ulysses Guimarães, presidente interino da República e presidente do Congresso constituinte.

O texto, depois do trabalho realizado por Cabral e pelos relatores-adjuntos — o senador José Fogaça (PMDB-RS) e os deputados Adolpho de Oliveira (PL-RJ) e Konder Reis (PDS-SC) —, ficou com 246 artigos na parte permanente e 76 na transitória.

Na principal modificação feita pelos relatores, o Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias foi desmembrado em duas partes: os dispositivos que têm efeito permanente — 11 artigos — foram reunidos num 9º título, o "Ato das Disposições Constitucionais Gerais", restando 76 artigos no "Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".

Na primeira parte ficarão, por

exemplo, as normas para a formação de novos Estados, o tombamento das terras pertencentes aos quilombos.

Segundo o relator Bernardo Cabral, além do texto constitucional propriamente dito, foram elaborados um índice e um quadro comparativo que mostra, em três colunas, o texto aprovado em 1º turno, o texto corrigido por Cabral e a proposta do relator para o 2º turno.

Segundo o relator-adjunto José Fogaça, foi operada também uma simplificação de linguagem, com o objetivo de eliminar termos jurídicos complexos. "Procuramos uma linguagem para o brasileiro médio", disse Fogaça.

O principal trabalho dos relatores, no entanto, foi eliminar já nessa fase algumas das contradições e repetições encontradas no texto.

Bernardo Cabral exemplificou com o princípio da liberdade de expressão, pulverizada, segundo ele, nos capítulos dos Direitos Individuais, no da Cultura e no da Comunicação. Na versão atual, a liberdade de expressão ficou no capítulo dos Direitos Individuais. O objetivo, segundo Fogaça, foi racionalizar. "Não houve redução da amplitude da liberdade aprovada pelos constituintes", garantiu o senador.

O texto que o presidente interino do Congresso constituinte recebe hoje será publicado amanhã, abrindo na quinta-feira o prazo de cinco dias para a apresentação de emendas.

A votação do texto em 2º turno começa no dia 21. O texto será votado em bloco, ressalvados os destaques das emendas apresentadas.

Votação

Segundo Fogaça, as emendas de correção de erros e omissões poderão ter votação simbólica, sem a necessidade de 280 votos, o que deve apressar a votação. "Creio que em 20 dias conseguiremos concluir a votação", disse Fogaça.

As emendas que precisarem de 280 votos serão as emendas que suprimem dispositivos (artigos, parágrafos ou incisos) ou aquelas que corrigem contradições.

Fogaça citou como exemplo de contradição o artigo das Disposições Transitórias que equipara os vencimentos dos delegados de polícia aos dos promotores públicos. Segundo o senador, como o texto permanente impede a isonomia salarial, deve ser apresentada uma emenda que promova uma opção.

Para Ulysses, supressões só serão possíveis por consenso de líderes

Do Sucursal de Brasília

Só o consenso entre as lideranças pode eliminar qualquer dispositivo no segundo turno de votações do Congresso constituinte. É o que acredita o presidente interino da República, Ulysses Guimarães, que pediu ao líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), conversações que identifiquem os pontos consensualmente rejeitados. O líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), ouviu o mesmo pedido e afirmou: "Sem acordo, ninguém reúne 280 votos para mudar nada no segundo turno."

Essa unidade das lideranças pode começar pelo capítulo da anistia dos devedores. A estratégia do governo, segundo Sant'Anna, inclui o registro de duas emendas: uma suprimindo todo o texto aprovado até agora, para viabilizar pelo menos um acordo sobre uma segunda emenda, excluindo do benefício o médio produtor rural. O governo e o Centrão podem contar com o apoio do PSDB e da liderança do PMDB para rever a questão da anistia. "Este pode ser um ponto comum entre nós", antecipou o secretário-geral do PSDB, deputado Euclides Scalco (PR).

O PSDB vai trabalhar "em dobra-

dinha" com o líder do PMDB no Congresso constituinte, deputado Nelson Jobim (RS). Jobim deve se encontrar na próxima segunda-feira com o deputado Artur da Távola (PSDB-RJ), que está selecionando os temas de emenda de seu partido. "Nós vamos decidir internamente nossas emendas e depois vamos trocar figurinhas com Jobim", disse Scalco. O partido quer definir também uma estratégia para evitar supressões sugeridas pelo Centrão. "Dependendo do caso", segundo Scalco, a estratégia pode ser até a ausência, para forçar a falta de quórum.

O Centrão ainda está na fase do levantamento de questões, na qual estão envolvidos, além de Lourenço, os deputados Romaro Corrêa (PFL-MG), Paes Landim (PFL-PI) e José Lins (PFL-CE). Romaro entregou um pacote de dez emendas ao líder José Lourenço e José Lins antecipou alguns pontos que estão na mira do Centrão: "Queremos cortar o turno de seis horas, a licença-parênica, o tabelamento dos juros em 12%, o voto aos 16 anos, a proibição de empresas estrangeiras na atividade mineradora e o excesso de liberdade na decretação de greves."

Pelo menos dois desses assuntos

foram avaliados ontem pelo deputado Ulysses Guimarães, no Palácio do Planalto. Com José Lourenço, ele comentou o capítulo da mineração. "Como um político ponderado, ele se preocupa com as consequências econômicas dessa medida", disse Lourenço. Com Carlos Sant'Anna, Ulysses reviu a questão da anistia dos devedores e determinou, segundo o líder do governo, que "os órgãos competentes façam um novo estudo sobre o custo econômico da medida".

Ulysses está convidando todos os líderes partidários para um jantar em sua casa, amanhã. Ao deputado Nelson Jobim, ele informou que pretende reunir os líderes do PMDB em um almoço na sexta-feira.

Em caso de uma reedição de batalhas entre o governo e o PMDB, como a que houve em relação ao mandato do presidente Sarney, o Centrão espera contar com a capacidade de mobilização do Palácio do Planalto. "O governo tem aí uns 50 votos que ajudam muito", calcula o líder do PFL na Câmara. Informado sobre o pessimismo de Carlos Sant'Anna quanto ao quórum no segundo turno, Lourenço disparou: "É a primeira vez que um general perde a guerra antes de se ferir na batalha."

PT vai propor a manutenção dos itens aprovados através de acordo

Da Redação

O PT vai propor aos demais partidos que os textos aprovados através de acordos de lideranças não sofram alterações por meio de emendas supressivas no 2º turno de votação no Congresso constituinte. E das próprias emendas a serem apresentadas pelo partido, o esforço estará concentrado na supressão da proibição de reforma agrária em terras produtivas.

Estas foram as decisões da reunião que a bancada do PT no Congresso constituinte realizou ontem, em São Paulo, com membros da Executiva, na sede do Diretório Nacional (zona sul paulistana). O ex-presidente do partido e líder da bancada, deputado Luis Inácio Lula da Silva (SP), disse que a avaliação do PT é de que o texto constitucional "não é bom, mas é mais avançado do que se poderia supor logo após a eleição". O deputado e vice-líder, José Genoino (SP), foi mais enfático, afirmando que, exceção feita à questão da reforma agrária, "toparia terminar a Constituição como está".

Talvez devido a essa análise, que

os parlamentares reunidos ontem não deram ênfase à idéia de rejeitar a Carta caso sejam suprimidos os direitos sociais, hipótese que chegou a ser veiculada pela própria Executiva. Segundo Lula, "a questão já foi colocada, mas não estamos pensando nisso agora".

A deputada Irma Passoni afirmou que um acordo entre os partidos, visando a não proposição de emendas que suprimem pontos aprovados em acordo é "essencial, para acelerar o prazo de votação". Segundo Irma, cerca de 2.300 emendas devem ser propostas. "Se neste ano votarmos apenas 740 vezes, o quanto não demorariamos para votar todas estas emendas?"

O PT pretende também preservar os "principais avanços" do texto, colocados entre os direitos sociais. Já entre os pontos que pretende suprimir, além da reforma agrária, estão o parágrafo que garante a unicidade sindical, restrições ao texto da reforma urbana, alteração em artigos referentes à Forças Armadas (como sua função de garantia da lei e da ordem), ressal-

vas à estabilidade e a privatização dos cartórios.

Negociação

Genoino está cético quanto à amplitude de negociação, com margem apenas para suprimir expressões. Para ele, durante a votação em plenário já realizada, "todas as acordos foram pontuais e não há motivo para acreditar que no 2º turno sejam globais". Disse também que a próxima fase de votação deverá ser "mais ideológica".

Para Genoino, o que "corre mais perigo" de ser suprimido são os dispositivos da Ordem Econômica, como o tabelamento dos juros bancários em 12% ao ano, critério de nacionalidade da empresa, restrição às empresas nacionais na mineração, entre outros. Os direitos sociais como a licença de 120 dias para gestante e o direito de greve, segundo o deputado, deverão apresentar maiores dificuldades para serem suprimidos, "pois estaremos terminando a Constituição nas vésperas das eleições municipais e muitos parlamentares serão candidatos a prefeito".

Entidades avaliarão resultado do 1º turno durante seminário

Do Reportagem Local

Com a participação de parlamentares, bispos, advogados e representantes de entidades da sociedade civil, o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte realizará um seminário em São Paulo, de sexta-feira a domingo próximos, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, centro paulistano. O seminário avaliará os resultados do primeiro turno de trabalho do Congresso constituinte e debaterá a mobilização social para o segundo turno de redação da nova Carta. As entidades co-promotoras serão a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, a Associação de Educação Cristã (AEC) e o Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP.

Na abertura do seminário, na próxima sexta-feira, às 20h, será debatido o primeiro título do projeto da nova Constituição. A apresentação ficará por conta do senador Mário Covas (PSDB-SP) e terá a participação do bispo de Bauru (SP), d. Cândido Padin, coordenador da Comissão de Acompanhamento à Constituinte, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do jurista Dalmo Dallari.

Na manhã do sábado, um dos temas será o dos direitos e garantias fundamentais. Para esse encontro estão previstas as presenças dos

deputados federais Luis Inácio Lula da Silva (PT-SP), Nelson Friedrich (PSDB-PR) e Anna Maria Rattes (PSDB-RJ). Outro tema do sábado pela manhã será o da defesa do Estado e das instituições democráticas, com apresentação do deputado federal José Genoino Neto (PT-SP).

No período da tarde, o senador José Rícha (PSDB-PR) e o deputado Wilson Souza (PSDB-SC) analisarão os títulos sobre a organização do Estado, dos poderes e sistemas de governo. Em seguida, o deputado federal José Serra (PSDB-SP) coordenará os debates sobre o título sexto do projeto constitucional sobre a tributação e orçamento.

Na manhã do próximo domingo, o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte examinará o título sétimo do projeto de Constituição — sobre a ordem econômica e financeira — que será analisado pelo senador Severo Gomes (PMDB-SP) e pelos deputados federais Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) e Irma Passoni (PT-SP). À tarde, o título oitavo — da ordem social — será debatido pelos deputados federais Fábio Feldmann (PMDB-SP), Eduardo Jorge (PT-SP), Euclides Scalco (PSDB-PR) e Carlos Alberto Caó (PDT-RJ). A síntese geral será feita pelo ex-deputado federal do PMDB gaúcho, João Gilberto Lucas Coelho, da UnB. Participarão dos debates representantes de entidades da sociedade civil.